

**O GOLPE MILITAR CONTRA OS TRABALHADORES E AS
TRABALHADORAS. SINDICALISTAS MORTOS E DESAPARECIDOS
DURANTE A DITADURA MILITAR E A TRANSIÇÃO CIVIL NO BRASIL:
1964 - 1988**

Antonio José Marques*

Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT

“O assassinato de um militante não representa apenas a morte daquela pessoa. É um pouco o assassinato de sua causa, da luta que abraçou em vida”

Natalia Viana

Apresentação

Este trabalho é um levantamento sobre sindicalistas urbanos e rurais mortos e desaparecidos forçados durante a ditadura militar e o governo de transição civil no Brasil (1964-1988). Consideramos sindicalistas os dirigentes e ativistas atuantes no movimento sindical em algum período da sua vida militante, não importando se participavam do mesmo na ocasião da morte ou desaparecimento.

O Estado brasileiro assumiu sua responsabilidade pela morte de opositores políticos quando, por meio da Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995, reconheceu o desaparecimento forçado de 136 pessoas durante a ditadura militar e criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Essa lei abrangia os mortos e desaparecidos até a anistia de 1979, posteriormente passou por duas alterações. Na primeira alteração o reconhecimento de pessoas mortas e desaparecidas foi estendido até a Constituição de 1988. Na segunda, reconhece a responsabilidade do Estado nos casos de pessoas mortas por policiais em manifestações contra a ditadura e também aquelas levadas ao suicídio devido sequelas psicológicas ou para não serem presas.

* Historiador e arquivista. Coordenador do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT – Brasil

Essa legislação, junto com a Lei Federal que criou a Comissão de Anistia, ainda que tardias, foi um avanço no âmbito da justiça de transição no Brasil. Entretanto, é preciso avançar mais na medida em que muitos trabalhadores rurais assassinados devido aos conflitos no campo estão excluídos da mesma. A justiça de transição caracteriza-se pela reparação moral e material das vítimas e familiares das vítimas da ditadura militar, busca da verdade, preservação da memória, efetivação da justiça e o estabelecimento de condições políticas, jurídicas e sociais para o fortalecimento das instituições democráticas no sentido de que não mais ocorram situações de violações aos Direitos Humanos¹.

Durante a ditadura militar a repressão também foi muito violenta no campo, com sindicatos fechados ou sofrendo intervenções², trabalhadores rurais assassinados, desaparecidos, presos, torturados, expulsos da terra e usurpados em seus direitos. Mesmo durante o governo de transição civil, iniciado em março de 1985, a violência se manteve com a ocorrência de dezenas de conflitos e assassinatos. Esses trabalhadores rurais - muitos deles sindicalistas - mortos devido à repressão não tiveram o direito à justiça, à verdade, à memória e à reparação, como mostra Gilney Viana no seu trabalho sobre trabalhadores rurais excluídos da justiça de transição³.

Neste levantamento identificamos os sindicalistas urbanos e rurais mortos e desaparecidos que tiveram seus casos analisados com base na justiça de transição, assim como também aqueles casos de sindicalistas mortos e desaparecidos excluídos dessa justiça. Para os casos analisados e deferidos a referência é o livro “Direito à Memória e à Verdade”, publicado em 2007 pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Para os demais casos, excluídos da justiça de transição, as referências foram o livro sobre assassinatos no campo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de 1987, as publicações Conflitos no Campo no Brasil entre 1985 e 1989 da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o trabalho de Ana Carneiro e Marta Cioccarri sobre a

¹ BOLONHA, Carlos; Rodrigues Vicente. Justiça de transição no Brasil: Dilemas da Comissão Nacional da Verdade e da Lei de Acesso a Informação in www.publicadireito.com.br/artigos . Consultado em 25/08/2014.

² Tivemos acesso ao Relatório da Comissão Volante do Ceará, produzido em maio de 1964, e que nos possibilita ter uma ideia sobre como foi a repressão ao movimento sindical no campo logo após o golpe militar. A Comissão Volante foi criada em abril de 1964 por iniciativa do comando da 10ª Região Militar do IV Exército, que abrangia o Estado do Ceará, com objetivo de investigar a atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais. Ela promoveu intervenções e fechou sindicatos. Agradeço ao diretor do Arquivo Público do Ceará, Marcio de Souza Porto, por possibilitar o acesso ao Relatório.

³ VIANA, Gilney Amorim. Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

repressão política no campo entre 1962 e 1985 e o levantamento feito por Gilney Viana. Também identificamos cinco casos. Um, no meio urbano, aparece no livro de Márcio Moreira Alves “Tortura e torturados”. Os demais aconteceram no meio rural e constam em documentos preservados no Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT. Dois casos são citados nas Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco de 1981. Um deles consta no Relatório do I Congresso da Classe Trabalhadora de Goiás de 1984. O último caso foi noticiado em agosto de 1986 no Boletim Nacional da CUT.

Este levantamento não é conclusivo, porém pretende chamar atenção para a mais grave forma de violência levada a cabo contra os sindicalistas durante a ditadura militar e o governo de transição civil no Brasil: os assassinatos e desaparecimentos forçados. Outros casos de sindicalistas mortos e desaparecidos devem surgir, pois, entre as investigações possíveis, existem os milhares de processos abertos na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça que precisam ser analisados para verificar se envolvem dirigentes sindicais.

Lutando contra a ditadura: mortos e desaparecidos forçados

As mortes e os desaparecimentos forçados de opositores políticos durante a ditadura militar começaram a ser compiladas pelo Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) ainda no regime de exceção⁴. Em 1979, o CBA contava 301 casos de mortes e desaparecimentos, sendo que destes, 78 eram desaparecidos forçados. Os trabalhos iniciados pelos familiares das vítimas e militantes dos Direitos Humanos foram persistentes e de contínua pressão sobre o governo para saber a verdade sobre aqueles casos. Com o fim do regime militar, as lutas em defesa dos Direitos Humanos se intensificaram com o surgimento de novas entidades e maior organização dos familiares dos mortos e desaparecidos. Todos exigiam o reconhecimento público formal pelo Estado brasileiro de sua responsabilidade pela prisão, tortura, desaparecimento e morte de opositores do regime que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985.

⁴ CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo. Desaparecidos Políticos. Prisões, sequestros, assassinatos. Rio de Janeiro: Edições Opções e Comitê Brasileiro de Anistia – CBA RJ, 1979.

301 mortos e desaparecidos entre 1964 e 1979
--

223 Mortos

78 Desaparecidos forçados

Fonte: Comitê Brasileiro de Anistia – CBA – 1979.

Como resultado desse trabalho persistente, o governo sancionou em 1995 a Lei que criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e reconheceu como mortas 136 pessoas em razão de participação em atividades políticas de oposição a ditadura. Posteriormente, um nome excluído por ter sido constatado que a pessoa morreu naturalmente. Em 2007, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos publicou o resultado dos seus trabalhos com o deferimento de 221 novos casos de pessoas que tiveram reconhecidas a responsabilidade do Estado pelas suas mortes ou desaparecimentos. Somados os nomes constantes na Lei nº 9.140/95, menos o nome retirado, mais os casos deferidos pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e dois casos de sindicalistas assassinados reconhecidos pela Comissão de Anistia chegou-se a 358 casos de mortos e desaparecidos reconhecidos formalmente pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar*. Outros casos acabaram indeferidos pela Comissão Especial, devido esta centrar sua análise em investigar se as pessoas foram mortas por agentes do Estado. Todavia, muitos daqueles indeferimentos não significavam que as pessoas não morreram lutando contra a ditadura, como mostram alguns casos encaminhados pela própria Comissão Especial para a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

* Nota do autor: O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), apresentado à sociedade brasileira no dia 10 de dezembro de 2014, traz uma lista com 434 nomes de mortos e desaparecidos políticos, que ocorreram principalmente entre 1964 e 1985. O levantamento que realizamos sobre sindicalistas mortos e desaparecidos estava concluído quando da divulgação do Relatório da CNV.

358 Mortos e desaparecidos entre 1964 e 1988
135 Desaparecidos forçados – Anexo I da Lei nº 9.140/95
221 Mortos e desaparecidos reconhecidos pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em 2007
02 Mortos reconhecidos pela Comissão de Anistia

Fontes: Lei Federal nº 9.140/95. Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Comissão de Anistia.

Em 2013, a Comissão da Verdade “Rubens Paiva” da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a partir de um Dossiê editado por familiares das vítimas da ditadura, sintetizou 437 casos de pessoas mortas ou desaparecidas durante o regime militar, sendo que dessas 248 eram trabalhadores⁵.

437 Mortos e desaparecidos entre 1964 e 1985
248 Mortos e desaparecidos trabalhadores
189 Mortos e desaparecidos sem especificação

Fonte: Comissão da Verdade “Rubens Paiva” da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Como vimos, os números de mortos e desaparecidos forçados foram crescentes e novas investigações podem trazer novos casos. Por exemplo, nas pesquisas para este levantamento encontramos o caso do ferroviário cearense José Nobre Parente, detido no seu local de trabalho, em Fortaleza, estado do Ceará, em 17 de maio de 1966, acusado de sabotagem em trens da Rede Ferroviária Federal. No dia 20 de maio, três dias depois da sua prisão, José Nobre foi encontrado morto enforcado numa cela do 2º Distrito Policial de Fortaleza⁶. O nome de José Nobre Parente não apareceu em nenhum dossiê de mortos e desaparecidos durante a ditadura militar.

⁵ Planilha de dados sobre mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964–1985) sintetizada pela Comissão da Verdade “Rubens Paiva” da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 2013.

⁶ Este caso está muito bem documentado na dissertação de mestrado de Nilton Melo de Almeida sobre os ferroviários de Fortaleza. *ALMEIDA*, Nilton Melo. Os ferroviários na cartografia de Fortaleza: Rebeldes

Existem ainda outros indícios de casos de assassinatos durante a ditadura militar que precisam ser investigados. Um desses é o caso do ferroviário Nilton, tesoureiro da Cooperativa dos Ferroviários em Recife, Pernambuco, morto em 1964, conforme relatou Márcio Moreira Alves⁷. Na área rural, tivemos o caso do bombardeio do povoado de Sampaio, localizado no atual estado do Tocantins. No dia 23 de julho de 1979, o povoado foi bombardeado e metralhado por um helicóptero militar numa fantasiosa “Blitz contra guerrilha imaginária”, conforme matéria do jornal Folha de São Paulo, publicada somente dois anos depois dos fatos⁸. A operação foi comandada pelo major do exército Sebastião Moura, mais conhecido como “major Curió”. Em consequência do bombardeio um lavrador conhecido como Zezão morreu de susto⁹. O levantamento sobre violência no campo feito pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra informa que uma trabalhadora rural também faleceu em consequência daqueles acontecimentos¹⁰.

No acervo do CEDOC/CUT encontramos outras informações sobre assassinatos de sindicalistas. As Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco de 1981 traz os registros das mortes dos sindicalistas rurais Mário e Marivaldo, ambos na cidade de Nazaré da Mata e que teriam sido assassinados pós 1964. Outra notícia foi o assassinato em 1984 do sindicalista rural chamado João, morto na cidade de Porto Nacional, atual estado do Tocantins¹¹. Outro caso de assassinato teve como vítima o sindicalista Severino Moreira, morto em 1986 na cidade de Itabaiana, estado da Paraíba¹².

Por fim, temos os casos dos camponeses e seus apoiadores - advogados e religiosos - mortos e desaparecidos que estão excluídos da justiça de transição¹³. O levantamento de Gilney Viana chegou ao impressionante número de 1.196 pessoas assassinadas e desaparecidas devido à repressão no campo entre 1961 e 1988. Desse

pelos caminhos de ferro. Dissertação (Mestrado). Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, 2009.

⁷ ALVES, Márcio Moreira. Tortura e torturados. Rio de Janeiro: Editora Idade Nova, 1976, p. 84.

⁸ Folha de São Paulo, 19 de agosto de 1981, p. 6.

⁹ KOTSCHO, Ricardo. O massacre dos posseiros. Conflitos de terras no Araguaia – Tocantins. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 54.

¹⁰ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Assassinatos no campo. Crime e impunidade – 1964-1986. 2ª Edição revista e atualizada. São Paulo: Global Editora, 1987, p. 178.

¹¹ Relatório do I Congresso da Classe Trabalhadora de Goiás, 1984.

¹² Boletim Nacional da CUT, São Paulo, agosto de 1986, p. 6.

¹³ VIANA. Gilney, op. cit.

total, 75 eram sindicalistas rurais¹⁴. Esses números podem sofrer uma ou outra alteração, mas são bastante elevados e mostram que as políticas impostas no campo pela ditadura militar, com a concentração fundiária e apoio a monocultura extensiva, como exemplos, fez dela a responsável por centenas de assassinatos no meio rural.

1196	Trabalhadores rurais e apoiadores mortos e desaparecidos entre 1961 e 1988
1121	Trabalhadores rurais e apoiadores mortos e desaparecidos
75	Sindicalistas rurais mortos e desaparecidos

Fonte: Gilney Viana. Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição – 2013.

Para ter noção da situação no meio rural trazemos a declaração do sindicalista Pedro Francisco Ferreira “... *É essa expulsão do homem da terra e a terra subjugada pelos grandes latifundiários. A gente tem casa de família com 18 pessoas que a patronagem chega e arranca aquela continha de macaxeira que ele planta detrás de casa. Para que? Plantar cana. Arranca também os pezinhos de couve, de qualquer outra lavoura e queima mais algum pezinho de capim pros bichinhos não comer. Só querem plantar a cana deles ...*”¹⁵. Logo após essa declaração, Pedro Francisco Ferreira, que era membro da Oposição Sindical Rural no município de Água Preta, integrante da Direção Executiva Estadual da CUT Pernambuco e da Direção Nacional da CUT Brasil, foi gravemente ferido num atentado a tiros¹⁶. Socorrido, conseguiu sobreviver. Em algumas referências Pedro Francisco é dado como morto após o atentado. Isso se deve por ter o sobrenome grafado erroneamente como “Nogueira”. Em 1987, Pedro Francisco Ferreira estava recuperado e integrava a Direção Estadual da CUT Pernambuco.

Como vimos, existem vários indícios de trabalhadores e sindicalistas assassinados que deveriam ser investigados. Ademais, é preciso encontrar os restos mortais dos desaparecidos forçados ou conhecer o que fizeram com os seus corpos. As famílias e a sociedade têm o direito de saber a verdade.

¹⁴ Idem, pp. 58 - 79

¹⁵ Folha Sindical. Recife (PE), Edição especial, outubro de 1984, p. 2.

¹⁶ Idem, p. 2

Sindicalistas mortos e desaparecidos forçados entre 1964 e 1988

A partir da Lei Federal nº 9.140 começamos a identificar os sindicalistas mortos e desaparecidos durante a ditadura militar. Daqueles 136 nomes de desaparecidos constantes na Lei, 19 deles eram sindicalistas. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos deferiu 221 casos de mortos ou desaparecidos, sendo que 26 destes novos casos eram sindicalistas. A Comissão de Anistia deferiu 02 casos de sindicalistas mortos, o do ferroviário Onofre Ilha Dornelles, falecido em dezembro de 1964, em Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul, e o de Nativo da Natividade de Oliveira, trabalhador rural e dirigente da CUT, assassinado em Carmo do Rio Verde, estado de Goiás, em outubro de 1985. Com isso, teremos 47 sindicalistas mortos e desaparecidos abrangidos pela justiça de transição, com o Estado brasileiro assumindo suas responsabilidades pela morte ou desaparecimento dessas pessoas. Nas referências e fontes que pesquisamos encontramos 88 nomes de sindicalistas mortos e desaparecidos excluídos da justiça de transição. Entre esses, somente o ferroviário Nilton, de Pernambuco, é sindicalista urbano¹⁷. Todos demais 87 casos são sindicalistas rurais. Portanto, durante a ditadura militar e a transição civil, tivemos o elevado número de 135 sindicalistas urbanos e rurais mortos e desaparecidos.

135 Sindicalistas mortos e desaparecidos entre 1964 e 1988
--

47 sindicalistas mortos e desaparecidos abrangidos pela justiça de transição
--

88 sindicalistas mortos e desaparecidos excluídos da justiça de transição

Fontes: Lei Federal nº 9.140/95; Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Comissão de Anistia; Gilney Viana. Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição, 2013; Ana Carneiro e Marta Cioccarì. Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985; Conflitos no campo no Brasil; 1985-1989; Márcio Moreira Alves “Tortura e Torturados”, 1976; Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco de 1981; Relatório do I Congresso da Classe Trabalhadora de Goiás de 1984; Boletim Nacional da CUT, agosto de 1986.

Primeiramente apresentamos uma análise geral considerando a totalidade dos 135 casos de sindicalistas mortos e desaparecidos entre 1964 e 1988. Em seguida

¹⁷ ALVES. Márcio Moreira, op. cit.

faremos uma divisão entre os abrangidos pela justiça de transição e os excluídos da justiça de transição.

Entre sindicalistas mortos e desaparecidos teremos 132 homens e três mulheres - Luiza Augusta Garlippe, Margarida Maria Alves e Alceri Maria Gomes da Silva. Luiza Augusta Garlippe, enfermeira, era ativista sindical da Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas, na cidade de São Paulo. No início dos anos 1970 foi para a região do Araguaia, no Norte do Brasil, aderindo à guerrilha contra a ditadura. Desapareceu entre maio e julho de 1974, sendo que os seus restos mortais nunca foram localizados¹⁸. Margarida Maria Alves era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, estado da Paraíba, e foi assassinada em frente à sua casa em 12 de agosto de 1983. Margarida lutava pelos direitos dos trabalhadores rurais, como registro em carteira de trabalho, férias, 13º salário, menor jornada de trabalho e por isto atraía o ódio dos grandes proprietários. Até hoje seu nome é lembrado na “Marcha das Margaridas”, manifestação de trabalhadoras rurais que acontece anualmente em Brasília, capital do país¹⁹. A terceira mulher sindicalista assassinada foi a metalúrgica gaúcha Alceri Maria Gomes da Silva, que trataremos adiante.

135 Sindicalistas mortos e desaparecidos entre 1964 e 1988
--

132 Sindicalistas homens

03 Sindicalistas mulheres

Fontes: Lei Federal nº 9.140/95; Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Comissão de Anistia; Gilney Viana. Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição, 2013; Ana Carneiro e Marta Cioccarì. Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985; Conflitos no campo no Brasil; 1985-1989; Márcio Moreira Alves “Tortura e Torturados”, 1976; Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco de 1981; Relatório do I Congresso da Classe Trabalhadora de Goiás de 1984; Boletim Nacional da CUT, agosto de 1986.

¹⁸ Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília, 2007, p. 254

¹⁹ MARQUES. Antonio José. *Em cartaz, o movimento sindical e popular*. In Democracia Viva. Nº 21, abril – maio de 2004, p. 81.

O número de sindicalistas urbanos mortos e desaparecidos somou 36 casos, enquanto o número de sindicalistas rurais chegou a 99 casos.

135 Sindicalistas mortos e desaparecidos entre 1964 e 1988
--

36 sindicalistas urbanos

99 sindicalistas rurais

Fontes: Lei Federal nº 9.140/95; Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Comissão de Anistia; Gilney Viana. Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição, 2013; Ana Carneiro e Marta Cioccarì. Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985; Conflitos no campo no Brasil; 1985-1989; Márcio Moreira Alves “Tortura e Torturados”, 1976; Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco de 1981; Relatório do I Congresso da Classe Trabalhadora de Goiás de 1984; Boletim Nacional da CUT, agosto de 1986.

Ao observarmos as profissões dos 36 sindicalistas urbanos veremos que a maioria é formada por metalúrgicos, com 13 mortes ou desaparecimentos, entre estes uma mulher. Os ferroviários contam com quatro sindicalistas mortos na luta contra o regime militar. Na categoria bancária foram três sindicalistas desaparecidos e um assassinado.

As mortes e desaparecimentos dos treze sindicalistas metalúrgicos aconteceram entre 1969 e 1979. Nove desses sindicalistas eram do estado de São Paulo, três do Rio de Janeiro e uma do Rio Grande do Sul. Entre esses casos temos o sindicalista João Domingues da Silva que, com somente 19 anos, foi uma das principais lideranças da greve dos metalúrgicos de Osasco, no estado de São Paulo, em 1968. João Domingues foi assassinado em setembro de 1969, sendo o primeiro sindicalista metalúrgico morto por agentes da ditadura²⁰. Também temos o caso de Ângelo Arroyo, que foi ativista sindical metalúrgico na cidade de São Paulo nos anos 1950, e se tornou um importante dirigente do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Ângelo Arroyo foi assassinado por forças policiais em dezembro de 1976 quando participava de uma reunião do Comitê Central do Partido, na cidade de São Paulo²¹. A única mulher sindicalista metalúrgica assassinada foi Alceri Maria Gomes da Silva, ativista do Sindicato dos Metalúrgicos de

²⁰ Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília, 2007, p. 99.

²¹ Idem, pp. 421 - 426

Canoas, estado do Rio Grande do Sul. Alceri se engajou na luta armada contra o regime militar, se transferiu para São Paulo, onde acabou morta pela repressão em 1970²².

Entre os sindicalistas ferroviários, três mortes ocorreram no primeiro ano do golpe militar: Onofre Ilha Dornelles, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, José de Souza, na cidade do Rio de Janeiro e o ferroviário Nilton, em Recife, estado de Pernambuco, este último ainda precisando de mais investigações. Onofre Dornelles foi presidente da União dos Ferroviários Gaúchos tendo sido preso várias vezes após o golpe de 1964. Faleceu em dezembro daquele ano, na Santa Casa de Santa Maria, em consequência dos maus tratos e torturas sofridas nas prisões²³. José de Souza foi membro do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro. Preso logo após o golpe de 1964 a versão oficial foi que cometeu suicídio atirando-se do prédio da Polícia Central²⁴. Um caso ocorreu em 1969, quando Geraldo Bernardo da Silva foi levado ao suicídio devido às perseguições sofridas. Geraldo foi membro do comitê sindical do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil e já havia sido preso em setembro de 1964, no Rio de Janeiro²⁵. Como escrevemos anteriormente, em maio de 1966 também morreu o ferroviário cearense José Nobre Parente, que não computamos como sindicalista por não ter ficado comprovada suas atividades como ativista sindical. O sindicalismo ferroviário era bastante forte em 1964 e por isto as perseguições e mortes nessa categoria aconteceram mais nos primeiros anos da ditadura. Além disso, ao que parece, a organização sindical dos ferroviários também viajava nas estradas de ferros, pois os casos de mortes de sindicalistas e de um não sindicalista aconteceram em diferentes regiões do Brasil.

Já entre os sindicalistas bancários, a morte e os desaparecimentos ocorreram entre 1970 e 1973. O primeiro caso aconteceu em Brasília, em fevereiro de 1970, com a morte do ativista sindical Abelardo Rausch de Alcântara²⁶. Em 1971, ocorreu o desaparecimento de Aluizio Palhano Pedreira Ferreira, que foi presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito e dirigente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)²⁷. Os

²² Idem, pp. 128 - 129

²³ Idem, pp. 46. O processo sobre a morte de Onofre Ilha Dorneles não foi examinado no mérito pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, sendo encaminhado à Comissão de Anistia que, posteriormente, reconheceu a responsabilidade do Estado pela sua morte.

²⁴ Idem, p. 63

²⁵ Idem, p. 98

²⁶ Idem, pp. 115 - 116

²⁷ Idem, pp. 159 - 160

outros dois desaparecidos eram jovens ativistas sindicais: José Toledo de Oliveira, bancário do Rio Janeiro, e Paulo Roberto Pereira Marques, bancário de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. Esses ativistas sindicais foram para a região do Araguaia, integrando a guerrilha contra a ditadura. Jose Toledo de Oliveira desapareceu em setembro de 1972²⁸ e Paulo Roberto Pereira Marques em dezembro de 1973²⁹. Seus restos mortais nunca foram localizados.

135 Sindicalistas mortos e desaparecidos entre 1964 e 1988

Trabalhadores rurais: 99; Metalúrgicos: 13; Ferroviários: 04; Bancários: 04; Portuários 02; Operários: 03; Operários da construção civil: 02; Petroleiros: 02; Gráfico: 01; Trabalhador do Correio: 01; Comerciarío: 01; Alfaiate: 01; Operário químico: 01; Enfermeira: 01.

Fontes: Lei Federal nº 9.140/95; Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Comissão de Anistia; Gilney Viana. Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição, 2013; Ana Carneiro e Marta Cioccarì. Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985; Conflitos no campo no Brasil; 1985-1989; Márcio Moreira Alves “Tortura e Torturados”, 1976; Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco de 1981; Relatório do I Congresso da Classe Trabalhadora de Goiás de 1984; Boletim Nacional da CUT, agosto de 1986.

Os casos dos sindicalistas urbanos mortos e desaparecidos concentraram-se entre 1964 e 1979. O último sindicalista morto foi o metalúrgico Santo Dias da Silva, militante da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, assassinado por um policial em outubro de 1979 durante uma greve³⁰. Ao seu velório ocorreram milhares de pessoas que o transformaram numa grande manifestação contra a ditadura. As mortes e desaparecimentos de sindicalistas rurais aconteceram durante todo o período investigado.

Entre os anos 1964 e 1988 somente não encontramos registros sobre sindicalistas mortos e desaparecidos em 1965, 1968 e 1978. No ano de 1965, o movimento sindical estava totalmente desarticulado devido às intervenções sindicais, cassações de

²⁸ Idem, p. 211

²⁹ Idem, pp. 233 - 234

³⁰ Idem, pp. 432 - 433

dirigentes, perseguições, prisões, mortes e desaparecimentos de sindicalistas ocorridas logo após o golpe militar de 31 de março de 1964 e nos meses que se seguiram. Conforme nosso levantamento, a ditadura militar provocou no seu primeiro ano a morte ou desaparecimento de 26 pessoas, sendo que 17 dessas eram sindicalistas urbanos ou rurais. Dois desses sindicalistas eram do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT): o portuário Antogildo Pascoal Viana³¹ e o gráfico Newton Eduardo de Oliveira³². O CGT era um organismo intersindical fundado em 1962 e que dirigiu o movimento sindical brasileiro até o golpe militar que derrubou o presidente João Goulart. Com o golpe, o CGT foi totalmente dizimado, seus dirigentes perseguidos, presos e até mortos.

Em 1968, vários sindicatos tinham sido retomados pelos trabalhadores ou estes estavam organizados em fortes oposições sindicais. Naquele ano aconteceram grandes mobilizações de trabalhadores e estudantes. Os artistas e intelectuais também se manifestavam pedindo liberdades democráticas. Várias greves ocorreram envolvendo algumas categorias, entre estas os metalúrgicos em São Paulo e Minas Gerais. Frente a toda aquela mobilização a ditadura militar aumentou a repressão e naquele ano nove pessoas foram assassinadas por policiais em manifestações. Não encontramos registros de mortes e desaparecimentos de sindicalistas em 1968, mas por outro lado houve uma nova leva de intervenções sindicais, prisões e cassações de dirigentes.

O último ano em que não houve mortes ou desaparecimentos de sindicalistas foi em 1978. Naquele ano vivia-se uma abertura política lenta e gradual do regime militar. A censura não era mais tão rígida, havia a campanha pela anistia, os estudantes universitários tinham retornado as ruas na luta contra a ditadura, o movimento popular se organizava nos grandes centros urbanos, o movimento sindical começava a articular uma intersindical e os trabalhadores voltaram a fazer greves por melhores salários e condições de trabalho.

Um dado que se nota é que nos primeiros anos os sindicalistas morreram ou desapareceram forçosamente por causa exclusivamente das suas ações sindicais na organização dos trabalhadores. Em um segundo momento, iniciado em 1969 e que vai até 1975, a maioria dos sindicalistas que morreu ou desapareceu tinha assumido outras formas de resistência à ditadura militar, como a luta armada ou a atuação na clandestinidade. Nesse curto período de sete anos (1969–1975) 38 sindicalistas foram assassinados ou desaparecidos forçosamente. Ao contrário dos primeiros anos quando

³¹ Idem, p. 61

³² Idem pp. 65 - 66

as mortes e desaparecimentos atingiram mais os sindicalistas rurais, a situação se inverteu no segundo momento com a maioria sendo formada por sindicalistas urbanos. Foram 28 sindicalistas urbanos mortos e desaparecidos, entre 1969 e 1975, contra dez sindicalistas rurais.

A partir de 1980 as mortes de sindicalistas aconteceram no meio rural, não havendo mais desaparecimentos, somente assassinatos.

A ditadura militar incentivava a concentração fundiária e a expansão da monocultura da cana de açúcar, plantada principalmente na região Nordeste do Brasil. Nessa região, os conflitos eram mais de ordem trabalhista devido ao não pagamento correto dos salários, das férias, o 13º salário e outros direitos. Além disso, havia acusações de que os donos das usinas de açúcar e seus capatazes adulteravam a medição da cana cortada, pagando menos do que o volume realmente colhido. Na região Norte o governo militar dava incentivos fiscais para empresas abrirem grandes fazendas. Até então, boa parte da região era coberta por imensas florestas. Os militares também iniciaram, em 1970, a abertura da Transamazônica, uma rodovia no meio da selva. Trabalhadores rurais das regiões Nordeste e Sul do Brasil eram incentivados a se mudarem para aquela região. Lá chegando encontravam terras inóspitas a dezenas ou centenas de quilômetros de algum centro urbano. Avelino Ganzer, da primeira Direção Executiva Nacional da CUT Brasil, foi para a região de Santarém, no estado do Pará, naquele período. Em depoimento à Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT relatou que o governo incentivava o desmatamento, que militares do exército diziam que havia “bandidos” na região, numa referência aos guerrilheiros do Araguaia, e caso os vissem deveriam atirar para matar. Avelino também afirmou que os técnicos do governo responsáveis pelos assentamentos agiam como policiais na identificação dos trabalhadores rurais³³. Na região também havia a ocupação irregular de terras por grileiros, e estes buscavam aumentar “suas propriedades” com a expulsão de pequenos agricultores, usando para isto jagunços e pistoleiros. Nessas empreitadas eram apoiados por policiais, políticos até mesmo pelo judiciário.

Devido a essa situação, provocada pelo governo ditatorial, os conflitos eram iminentes e a violência dos grandes latifundiários contra os trabalhadores rurais ainda era acobertada pelos militares. Durante a ditadura militar e o governo de transição civil as mortes de sindicalistas rurais se concentraram majoritariamente entre 1980 e 1988,

³³ Depoimento de Avelino Ganzer à Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT Brasil em dezembro de 2013.

quando foram assassinados 61 dirigentes e ativistas sindicais. Entre esses casos, 34 ocorreram entre 1980 e março de 1985, ainda durante o regime militar. Os demais 27 assassinatos de sindicalistas rurais aconteceram entre abril de 1985 e outubro de 1988, portanto, já no governo de transição civil. Algo que chama atenção é que em 1984 foram 15 sindicalistas rurais mortos e no ano de 1985 mais 16 mortos, perfazendo um total de 31 sindicalistas assassinados no último ano da ditadura militar e no primeiro ano do governo de transição civil. Ao que parece os mandantes e assassinos aproveitaram aquele período de mudanças no poder para assassinar seus opositores contando ainda com a impunidade proporcionada pelos militares.

135 Sindicalistas mortos e desaparecidos entre 1964 e 1988

1964: 17;	1972: 07;	1979: 04;	1985: 16;
1966: 01;	1973: 04;	1980: 05;	1986: 03;
1967: 02;	1974: 06;	1981: 05;	1987: 06;
1969:03;	1975: 04;	1982: 02;	1988: 05;
1970: 06;	1976: 04;	1983: 04;	Pós 1964: 07
1971: 08;	1977: 01;	1984: 15;	

Fontes: Lei Federal nº 9.140/95; Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Comissão de Anistia; Gilney Viana. Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição, 2013; Ana Carneiro e Marta Ciocari. Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985; Conflitos no campo no Brasil; 1985-1989; Márcio Moreira Alves “Tortura e Torturados”, 1976; Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco de 1981; Relatório do I Congresso da Classe Trabalhadora de Goiás de 1984; Boletim Nacional da CUT, agosto de 1986.

36 Sindicalistas urbanos mortos e desaparecidos entre 1964 e 1979

1964: 06;	1973: 02;
1969: 03;	1974: 06;
1970: 04;	1975: 02;
1971: 06;	1976: 02;
1972: 04;	1979: 01.

Fontes: Lei Federal nº 9.140/95; Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Comissão de Anistia; Márcio Moreira Alves “Tortura e Torturados”, 1976.

99 Sindicalistas rurais mortos e desaparecidos entre 1964 e 1988

1964: 11; 1966: 01; 1967: 02; 1970: 02; 1971: 02;	1972: 03; 1973: 02; 1975: 02; 1976: 02; 1977: 01;	1979: 03; 1980: 05; 1981: 05; 1982: 02; 1983: 04;	1984: 15; 1985: 16; 1986: 03; 1987: 06; 1988: 05; Pós 1964: 07
---	---	---	---

excluídos da justiça de transição, 2013; Ana Carneiro e Marta Cioccarri. Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985; Conflitos no campo no Brasil; 1985-1989; Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco de 1981; Relatório do I Congresso da Classe Trabalhadora de Goiás de 1984; Boletim Nacional da CUT, agosto de 1986.

As mortes e desaparecimentos de sindicalistas ocorreram na maioria dos estados e também no Distrito Federal. O estado de Pernambuco foi o mais violento com 32 assassinatos, sendo somente um deles sindicalista urbano. As mortes naquele estado ocorreram em quase todos os anos mostrando que ser sindicalista em Pernambuco era uma atividade perigosa. Entre esses assassinados dez eram presidentes de sindicatos rurais. O sindicalismo rural pernambucano tem origem nas Ligas Camponesas, associações independentes de trabalhadores rurais que defendiam a reforma agrária. As Ligas Camponesas eram fortes principalmente nos estados do Nordeste, como Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte³⁴. A ditadura militar exterminou as Ligas Camponesas. Os militares prenderam e foram responsáveis pelas mortes e desaparecimentos das suas principais lideranças. Somente para o ano de 1964 encontramos registros de dez mortes e desaparecimentos de sindicalistas ligados as Ligas Camponesas, todas em estados do Nordeste. Desses, os únicos casos reconhecidos pelo Estado brasileiro foram os de João Alfredo Dias e Pedro Inácio Araújo, da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba³⁵.

Outros dois estados com grande número de sindicalistas rurais assassinados são o Maranhão, com 14 casos, e o Pará, também com 14 casos, a maioria após 1980. Esses estados se caracterizavam pela abertura das novas fronteiras agrícolas, terem vários conflitos rurais e contarem com uma organização sindical rural mais recente. É interessante notar que o estado do Piauí, considerado um dos estados mais pobres do

³⁴ CENTRO DE EDUCAÇÃO E ASSESSORIA POPULAR (CEDAP). Ligas Camponesas. Série Lutas Populares no Brasil: 1924 – 1964. Caderno 3. Campinas, sem data.

³⁵ Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília, 2007, pp. 69 - 70

Brasil, é o único no Nordeste onde não se tem registro de assassinato de sindicalista. O estado da Bahia, apesar de sua vasta extensão territorial, teve apenas um caso de sindicalista rural assassinado.

Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro têm o maior número de sindicalistas urbanos mortos e desaparecidos com 29 casos. Temos o registro de um único caso de sindicalista rural assassinado no Rio de Janeiro, o de Sebastião Lan, em 10 de junho de 1988, na cidade de Cabo Frio. Não foi registrado no estado de São Paulo nenhum caso de sindicalista rural assassinado.

135 Sindicalistas mortos e desaparecidos entre 1964 e 1988

Acre: 03; Alagoas: 05; Bahia: 03; Brasília/DF: 02; Ceará: 02; Espírito Santo: 01;	Goiás: 07; Maranhão: 14; Mato Grosso: 01; Minas Gerais: 06; Pará: 14; Paraíba: 06;	Pernambuco: 32; Rio Grande do Sul: 02; Rio Grande do Norte: 06; Rio de Janeiro: 17; Sergipe: 01; São Paulo: 13.
--	---	--

Fontes: Lei Federal nº 9.140/95; Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Comissão de Anistia; Gilney Viana. Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição, 2013; Ana Carneiro e Marta Cioccarì. Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985; Conflitos no campo no Brasil: 1985-1989; Márcio Moreira Alves “Tortura e Torturados”, 1976; Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco de 1981; Relatório do I Congresso da Classe Trabalhadora de Goiás de 1984; Boletim Nacional da CUT, agosto de 1986.

135 Sindicalistas mortos e desaparecidos entre 1964 e 1988

1964	Bahia: 01; Pará: 01; Paraíba: 03; Pernambuco: 02; Rio Grande do Norte: 06; Rio Grande do Sul: 01; Rio de Janeiro: 03
1966	Pernambuco: 01
1967	Pernambuco: 01
1969	Rio de Janeiro: 01; São Paulo: 02
1970	Brasília/DF: 01; Goiás: 01; Pernambuco: 01; Rio Grande do Sul: 01;

	São Paulo:01
1971	Pernambuco: 02; Rio de Janeiro: 03; São Paulo: 03
1972	Pará: 01; Pernambuco: 03; Rio de Janeiro: 03; São Paulo: 01
1973	Goiás: 01; Minas Gerais: 01; Pernambuco: 01; Rio de Janeiro: 01
1974	Bahia: 01; Rio de Janeiro: 03; São Paulo: 02
1975	Brasília/DF: 01; Maranhão: 01; Rio de Janeiro: 02
1976	Pernambuco: 01; São Paulo: 01; Sergipe: 01
1977	Pernambuco: 01
1979	Alagoas: 01; Minas Gerais: 01; Pernambuco: 01; São Paulo: 01
1980	Acre: 01; Goiás: 01; Maranhão: 01; Pará: 01; Pernambuco: 01
1981	Alagoas: 01; Maranhão: 01; Pará: 02; Pernambuco: 01
1982	Maranhão: 01; Pará: 01
1983	Acre: 01; Pará: 01; Paraíba: 01; Pernambuco: 01
1984	Alagoas: 03; Ceará: 01; Goiás: 03; Maranhão: 03; Minas Gerais: 01; Pará: 01; Paraíba: 01; Pernambuco: 02
1985	Bahia: 01; Ceará: 01; Goiás: 01; Maranhão: 04; Minas Gerais: 02; Pará: 05; Pernambuco: 02
1986	Maranhão: 01; Mato Grosso: 01; Paraíba: 01
1987	Maranhão: 02; Pará: 01; Pernambuco: 03

1988	Acre: 01; Espírito Santo: 01; Minas Gerais: 01; Pará: 01; Rio de Janeiro: 01
------	---

Fontes: Lei Federal nº 9.140/95; Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Comissão de Anistia; Gilney Viana. Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição, 2013; Ana Carneiro e Marta Cioccarri. Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985; Conflitos no campo no Brasil; 1985-1989; Márcio Moreira Alves “Tortura e Torturados”, 1976; Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco de 1981; Relatório do I Congresso da Classe Trabalhadora de Goiás de 1984; Boletim Nacional da CUT, agosto de 1986.

Sindicalistas mortos e desaparecidos abrangidos pela justiça de transição

Como apontamos anteriormente, o Estado brasileiro reconheceu até o ano de 2007 a sua responsabilidade pelas mortes e desaparecimentos de 358 opositores políticos durante o regime militar. Desse total levantado 47 eram sindicalistas - 45 homens e duas mulheres (Alceri Maria e Luiza Garllipe) - sendo 35 sindicalistas urbanos e 12 sindicalistas rurais.

Os anos com maior número de sindicalistas mortos e desaparecidos abrangidos pela justiça de transição foram 1964, no primeiro ano do golpe militar, quando ocorreram oito mortes e desaparecimentos, e o ano de 1971, quando também houve 08 casos. Esses sindicalistas mortos e desaparecidos eram em sua maioria dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, correspondendo a mais da metade dos casos.

358 Sindicalistas mortos e desaparecidos abrangidos pela justiça de transição
313 Mortos e desaparecidos em geral
47 Mortos e desaparecidos sindicalistas

Fontes: Lei Federal nº 9140/95; Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Comissão de Anistia.

<p>47 Sindicalistas mortos e desaparecidos abrangidos pela justiça de transição</p> <p>45 Homens</p> <p>02 Mulheres</p>

Fontes: Lei Federal nº 9140/95; Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Comissão de Anistia.

<p>47 Sindicalistas mortos e desaparecidos abrangidos pela justiça de transição</p> <p>35 Sindicalistas urbanos</p> <p>12 Sindicalistas rurais</p>
--

Fontes: Lei Federal nº 9140/95; Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Comissão de Anistia.

47 Sindicalistas mortos e desaparecidos abrangidos pela Justiça de Transição

<p>1964: 08; 1969: 03; 1970: 05; 1971: 08; 1972: 06;</p>	<p>1973: 04; 1974: 06; 1975: 03; 1976: 02; 1979: 01; 1985: 01</p>
--	---

Fontes: Lei Federal nº 9140/95; Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Comissão de Anistia.

47 Sindicalistas mortos e desaparecidos abrangidos pela Justiça de Transição

<p>Bahia: 02; Brasília/DF: 02; Goiás: 03; Minas Gerais: 01; Pará: 01; Paraíba: 02</p>	<p>Pernambuco: 05; Rio Grande do Sul: 02; Rio de Janeiro: 16; São Paulo: 13</p>
---	---

Fontes: Lei Federal nº 9140/95; Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Comissão de Anistia.

47 Sindicalistas mortos e desaparecidos abrangidos pela justiça de transição

Metalúrgicos: 13	Petroleiros: 02
Trabalhadores rurais: 12	Gráfico: 01
Bancários: 04	Trabalhador do correio: 01
Ferroviários: 03	Comerciário: 01
Operários: 03	Alfaiate: 01
Operário da construção civil: 02	Operário químico: 01
Portuários: 02	Enfermeira: 01

Fontes: Lei Federal nº 9140/95; Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Comissão de Anistia.

Sindicalistas mortos e desaparecidos excluídos da justiça de transição

Entre os anos de 1964 e 1988 ocorreram mortes ou desaparecimentos de 88 sindicalistas, sendo que estão excluídos da justiça de transição. Desses mortos e desaparecidos, 87 eram sindicalistas rurais e um sindicalista urbano – Nilton, ferroviário da cidade de Recife, Pernambuco. Mais da metade dos casos de mortes ocorreram durante a ditadura militar, sendo que somente em 1984, nos estertores do regime, 15 sindicalistas rurais foram assassinados. As mortes e desaparecimentos ocorreram em vários estados brasileiros.

88 Sindicalistas mortos excluídos da justiça de transição
87 homens
01 mulher

Fontes: Gilney Viana. Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição - 2013; Ana Carneiro e Marta Cioccarri. Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985; Conflitos no campo no Brasil; 1985-1989; Márcio Moreira Alves “Tortura e Torturados”; Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco de 1981; Relatório do I Congresso da Classe Trabalhadora de Goiás de 1984; Boletim Nacional da CUT, agosto de 1986.

88 Sindicalistas mortos excluídos da justiça de transição

87 Sindicalistas rurais

01 sindicalista urbano

Fontes: Gilney Viana. Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição - 2013; Ana Carneiro e Marta Cioccarri. Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985; Conflitos no campo no Brasil; 1985-1989; Márcio Moreira Alves “Tortura e Torturados”; Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco de 1981; Relatório do I Congresso da Classe Trabalhadora de Goiás de 1984; Boletim Nacional da CUT, agosto de 1986.

88 Mortos e desaparecidos políticos sindicalistas excluídos da Justiça de Transição

1964: 09; 1966: 01; 1967: 02; 1970: 01; 1972: 01;	1975: 01; 1976: 02; 1977: 01; 1979: 03; 1980: 05;	1981: 05; 1982: 02; 1983: 04; 1984: 15; 1985: 15;	1986: 03; 1987: 06; 1988: 05; Pós 1964: 07
---	---	---	---

Fontes: Gilney Viana. Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição - 2013; Ana Carneiro e Marta Cioccarri. Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985; Conflitos no campo no Brasil; 1985-1989; Márcio Moreira Alves “Tortura e Torturados”; Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco de 1981; Relatório do I Congresso da Classe Trabalhadora de Goiás de 1984; Boletim Nacional da CUT, agosto de 1986.

88 Sindicalistas mortos excluídos da justiça de transição

Acre: 03	Maranhão; 14	Pernambuco: 27
Alagoas: 05	Mato Grosso: 01	Rio Grande do Norte: 06
Ceará: 02	Minas Gerais: 05	Rio de Janeiro: 01
Espírito Santo: 01	Pará: 13	Sergipe: 01
Goiás: 04	Paraíba: 04	

Fontes: Gilney Viana. Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição - 2013; Ana Carneiro e Marta Cioccarri. Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985; Conflitos no campo no Brasil; 1985-1989; Márcio Moreira Alves “Tortura e Torturados”; Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco de 1981; Relatório do I Congresso da Classe Trabalhadora de Goiás de 1984; Boletim Nacional da CUT, agosto de 1986.

88 Mortos e desaparecidos políticos sindicalistas excluídos da Justiça de Transição

1964	Paraíba: 01; Pernambuco: 02; Rio Grande do Norte: 06
1966	Pernambuco: 01
1967	Pernambuco: 01
1970	Pernambuco: 01
1972	Pernambuco: 01
1975	Maranhão: 01
1976	Pernambuco: 01; Sergipe: 01
1977	Pernambuco: 01
1979	Alagoas: 01; Minas Gerais: 01; Pernambuco: 01
1980	Acre: 01; Goiás: 01; Maranhão: 01; Pará: 01; Pernambuco: 01
1981	Alagoas: 01; Maranhão: 01; Pará: 02; Pernambuco: 01
1982	Maranhão: 01; Pará: 01
1983	Acre: 01; Pará: 01; Paraíba: 01; Pernambuco: 01
1984	Alagoas: 03; Ceará: 01; Goiás: 03; Maranhão: 03; Minas Gerais: 01; Pará: 01; Paraíba: 01; Pernambuco: 02
1985	Bahia: 01; Ceará: 01; Maranhão: 04; Minas Gerais: 02; Pará: 05; Pernambuco: 02
1986	Maranhão: 01; Mato Grosso: 01; Paraíba: 01

1987	Maranhão: 02; Pará: 01; Pernambuco: 03
1988	Acre: 01; Espírito Santo: 01; Minas Gerais: 01; Pará: 01; Rio de Janeiro: 01
Pós 1964	Pernambuco: 07

Fontes: Gilney Viana. Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição - 2013; Ana Carneiro e Marta Cioccarri. Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985; Conflitos no campo no Brasil; 1985-1989; Márcio Moreira Alves “Tortura e Torturados”; Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco de 1981; Relatório do I Congresso da Classe Trabalhadora de Goiás de 1984; Boletim Nacional da CUT, agosto de 1986.

Considerações finais

Neste levantamento sobre sindicalistas mortos e desaparecidos não nos ativemos à história de militância de cada uma dessas pessoas que lutaram contra a ditadura. Muitas dessas histórias constam nas referências que utilizamos. O nosso objetivo foi reunir dados aparentemente isolados sobre mortes e desaparecimentos de sindicalistas. Esses dados somados denunciam que o golpe militar e a ditadura que o acompanhou foram contra os trabalhadores, o movimento sindical organizado e os sindicalistas urbanos e rurais.

O livro “Tortura e torturados” traz uma carta escrita em meados de 1964 pelo preso político Orpheu Santos Salles. Na carta, relatando as condições de vida a bordo do navio prisão Raul Soares, ancorado no Porto de Santos, estado de São Paulo, Orpheu afirma “... aqui no Raul Soares, por exemplo, da centena de prisioneiros, apenas não são operários sete pessoas, e destas, apenas um é político ... parece até que a revolução foi feita contra os operários”³⁶

Também foi em meados de 1964 que os militares impuseram a Lei de Greve, que na prática impedia quaisquer greves dos trabalhadores. A partir daí teve início um longo período de arrocho salarial. Ademais tivemos o fim da estabilidade no emprego,

³⁶ ALVES, Márcio Moreira. Op. cit., p. 205

aumento da rotatividade no trabalho e das horas trabalhadas, incentivo ao trabalho infantil, crescimento dos acidentes de trabalho, facilidades nas remessas de lucros ao exterior pelas empresas multinacionais, concentração fundiária, concentração de renda, empobrecimento da população e uma série de políticas econômicas e sociais impostas pelos governos militares em prejuízo dos trabalhadores e do povo em geral.

Encerramos o período do levantamento sistematizado sobre mortes e desaparecimentos de sindicalistas em 05 de outubro de 1988, quando foi promulgada a nova Constituição. Entretanto, a ditadura militar incutiu nas forças armadas e nas polícias uma cultura de violência continuada contra os trabalhadores. Essa violência se faria presente pouco mais de um mês após a entrada em vigor da nova Constituição. No dia 09 de novembro de 1988, durante uma greve dirigida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, forças do Exército invadiram a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e assassinaram os operários Willian Fernandes Leite, Valmir Freitas Monteiro e Carlos Augusto Barroso, além de ferirem dezenas de outros trabalhadores³⁷.

Os assassinatos de sindicalistas no campo também tiveram continuidade, como o praticado contra o seringueiro Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes, morto em 22 de dezembro de 1988. Chico Mendes foi fundador da Central Única dos Trabalhadores (CUT), integrou a sua Direção Nacional e era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, no estado do Acre, quando foi assassinado naquela cidade³⁸.

Uma morte anunciada. Em 1990, durante o Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT, Expedito Ribeiro de Souza, presidente Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, no estado do Pará, gravou um depoimento, que está no filme “Os Rurais da CUT”, relatando o atentado sofrido pelo sindicalista Orlando. Nesse depoimento Expedito diz “.... *os caras disseram que iam levar eles, iam fazer a chacina deles, iam matar eles e voltavam para me buscar....*”³⁹. Expedito Ribeiro previu sua morte. Ele foi assassinado no dia 02 de fevereiro de 1991, na cidade de Rio Maria.

³⁷ Volta Redonda. Os fatos pela voz dos trabalhadores. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, dezembro de 1988.

³⁸ Dossiê Chico Mendes. Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT.

³⁹ Documentário “Os rurais da CUT; memória e imagem”, 1992.

Se continuássemos fazendo o levantamento sobre sindicalistas rurais assassinados a partir de 1989, tendo como referência somente a publicação *Conflitos no Campo no Brasil*, certamente encontraríamos vários outros casos.

Mesmo para os anos mais recentes encontraremos informações sobre assassinatos de sindicalistas. Em 30 de setembro de 2005, o sindicalista Jair Antônio da Costa, do Sindicato dos Sapateiros de Igrejinha, foi assassinado por policiais na cidade de Sapiranga, estado do Rio Grande do Sul, durante uma manifestação contra a crise nas indústrias de calçados⁴⁰. Em abril de 2006, Anderson Luis, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Frios e Laticínios do Rio de Janeiro e dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação da CUT foi assassinado ao sair de sua residência na cidade de São João do Meriti, estado do Rio de Janeiro⁴¹. A jornalista e pesquisadora Natalia Viana relacionou os nomes de 80 pessoas assassinadas entre 2003 e 2006 em virtude de atuação política, entre estas alguns sindicalistas⁴². Em outubro de 2010, o metalúrgico José Augusto de Lima da Cruz, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas foi assassinado por um segurança na porta da empresa Sony, no Distrito Industrial de Manaus, quando distribuía panfletos. Os trabalhadores realizaram manifestação e exigiram que a Sony assumisse a responsabilidade pela morte⁴³.

Um dos últimos casos de violência contra sindicalista foi o assassinato de Maria Lúcia do Nascimento, no dia 13 de agosto de 2014, na cidade de União do Sul, estado do Mato Grosso. Maria Lucia foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de União do Sul e uma “liderança sindical atuante na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais” conforme nota de repúdio divulgada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura⁴⁴.

A busca pela verdade, memória, justiça e reparação aos sindicalistas mortos e desaparecidos, e demais opositores políticos, durante a ditadura militar e o governo de transição, é uma luta atual e também necessária para combater a cultura de violência. Essa cultura da violência, e que continua provocando assassinatos de sindicalistas, tem

⁴⁰ VIANA, Natalia. *Plantados no Chão. Assassinatos políticos no Brasil hoje*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2007, pp. 72 – 77.

⁴¹ Idem, pp. 80 - 84

⁴² VIANA, Natalia. Op. cit.

⁴³ Trabalhador é morto com tiro no peito na porta da Sony. www.abcdmaior.com.br/noticia_exibir.php?noticia=2400. Consultado em 29 de agosto de 2014

⁴⁴ CONTAG repudia o assassinato da sindicalista Maria Lúcia do Nascimento. Disponível em www.contag.org.br. Consultado em 29 de agosto de 2014.

origem na impunidade dos crimes da ditadura militar. Os trabalhadores e dirigentes sindicais presos, torturados, assassinados e desaparecidos devem ser reconhecidos como lutadores sociais do povo brasileiro e os criminosos devidamente punidos.

Depoimento, documentário, fontes e referências

Depoimento

GANZER, Avelino. Depoimento (03 de dezembro de 2013). Concedido no ato público “Justiça e Reparação aos Trabalhadores e Sindicalistas do Campo” organizado pela Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT. Santarém – Pará. Gravação Disponível no CEDOC/CUT

Documentário

Os rurais da CUT: memórias e imagens.

Duração: 35 min.

Realização: DNTR/CUT e CEDI

Ano: 1992

Fontes

Boletim Nacional da CUT. São Paulo (SP), nº 5, outubro-novembro de 1985.

Boletim Nacional da CUT. São Paulo (SP), nº 9, agosto-setembro de 1986.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Volta Redonda. Os fatos pela voz dos trabalhadores. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, dezembro de 1988.

Folha de São Paulo, 19 de agosto de 1981.

Folha Sindical. Recife (PE), Edição especial, outubro de 1984.

Relatório do 1º Congresso da Classe Trabalhadora de Goiás – 1984.

Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco – 1981

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Nilton Melo. Os ferroviários na cartografia de Fortaleza: Rebeldes pelos caminhos de ferro. Dissertação (Mestrado). Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, 2009.

ALVES, Márcio Moreira. Tortura e torturados. Rio de Janeiro: Editora Idade Nova, 1976.

BOLONHA, Carlos; RODRIGUES, Vicente. Justiça de Transição no Brasil: Dilemas da Comissão Nacional da Verdade e da Lei de Acesso a Informações. Disponível em www.publicadireito.com.br/artigos . Consultada em 25 de agosto de 2014.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília, 2007.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo. Desaparecidos Políticos. Prisões, sequestros, assassinatos. Rio de Janeiro: Edições Opções e Comitê Brasileiro de Anistia – CBA RJ, 1979.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conflitos no Campo no Brasil – 1985. Goiânia, 1986.

_____. Conflitos no Campo no Brasil – 1986. Goiânia, 1987.

_____. Conflitos no Campo no Brasil – 1987. Goiânia, 1988.

_____. Conflitos no Campo no Brasil – 1988. Goiânia, 1989.

CARNEIRO, Ana; CIOCARI, Marta. Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962–1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. 2ª edição. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2011.

CENTRO DE EDUCAÇÃO E ASSESSORIA POPULAR (CEDAP). Ligas Camponesas. Série Lutas Populares no Brasil: 1924–1964. Caderno 3. Campinas, sem data.

KOTSCHO, Ricardo. O massacre dos posseiros. Conflitos de terras no Araguaia – Tocantins. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MARQUES, Antonio José. Nasce a CUT. Embates na formação de uma central classista, independente e de luta. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores e NSA Gráfica e Editora, 2007.

_____. *Em cartaz, o movimento sindical e popular*. In Democracia Viva. Nº 21, abril – maio de 2004, pp. 79 – 87.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Assassinatos no campo. Crime e impunidade – 1964-1986. 2ª Edição revista e atualizada. São Paulo: Global Editora, 1987.

OLIVEIRA NETO, Thiago. Rodovia Transamazônica: falência de um grande projeto geopolítico. Revista GEONORTE, Edição Especial 3. V. 7, p. 282-298. Disponível em www.revistageonorte.ufam.edu.br . Consultado em 27 de agosto de 2014.

VIANA, Gilney Amorim. Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

VIANA, Natalia. Plantados no Chão. Assassinatos políticos no Brasil hoje. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2007.

Anexo I

Relação com os nomes dos 47 sindicalistas mortos e desaparecidos abrangidos pela justiça de transição.

1964

Antogildo Pascoal Viana – Portuário – Rio de Janeiro
Benedito Pereira Serra – Trabalhador rural – Castanhal – Pará
João Alfredo Dias – Trabalhador rural – Sapé – Paraíba
José de Souza – Ferroviário – Rio de Janeiro
Newton Eduardo de Oliveira – Gráfico – Rio de Janeiro
Onofre Ilha Dornelles – Ferroviário – Santa Maria – Rio Grande do Sul
Pedro Inácio de Araújo – Trabalhador rural – Sapé – Paraíba
Pedro Domiense de Oliveira – Trabalhador do Correio – Salvador – Bahia

1969

Geraldo Bernardo da Silva – Ferroviário – Rio de Janeiro
João Domingues da Silva – Metalúrgico – Osasco – São Paulo
Virgílio Gomes da Silva – Operário químico – São Paulo – São Paulo

1970

Abelardo Rausch de Alcântara – Bancário – Brasília – DF
Alceri Maria Gomes da Silva – Metalúrgica – Canoas – Rio Grande do Sul
Cassimiro Luiz de Freitas – Trabalhador rural – Pontalina – Goiás
Dorival Ferreira – Operário da construção civil – Osasco – São Paulo
Olavo Hansen – Operário – São Paulo – São Paulo

1971

Aluizio Palhano Pedreira Ferreira – Bancário – Rio de Janeiro
Amaro Luís de Carvalho – Trabalhador rural – Barreiros – Pernambuco
Devanir José de Carvalho – Metalúrgico – São Bernardo do Campo – São Paulo
Felix Escobar Sobrinho – Comerciante e trabalhador rural – Duque de Caxias – Rio de Janeiro
Joaquim Alencar de Seixas – Petroleiro – Rio de Janeiro
José Campos Barreto – Metalúrgico – Osasco – São Paulo
Luiz Hirata – Metalúrgico – São Paulo – São Paulo
Mariano Joaquim da Silva – Trabalhador rural – Timbaúba – Pernambuco

1972

Amaro Felix Pereira – Trabalhador rural – Barreiros – Pernambuco
Carlos Nicolau Danielle – Operário – Rio de Janeiro
Getúlio de Oliveira Cabral – Escriturário e Metalúrgico – Rio de Janeiro
José Inocência Barreto – Trabalhador rural – Escada – Pernambuco
José Toledo de Oliveira – Bancário – Rio de Janeiro
Rui Osvaldo Aguiar Pfutzenreuter – Metalúrgico – São Paulo – São Paulo

1973

José Porfírio de Souza – Trabalhador rural –
Goiás

Luiz Ghilardini – Portuário – Santos – São
Paulo e Rio de Janeiro

Manoel Aleixo da Silva – Trabalhador rural –
Ribeirão - Pernambuco

Paulo Roberto Pereira Marques – Bancário –
Belo Horizonte – Minas Gerais

1974

Antonio Ferreira Pinto – Alfaiate – Rio de
Janeiro

Daniel Ribeiro Callado – Metalúrgico – Rio de
Janeiro

João Massena Melo – Metalúrgico – Rio de
Janeiro

José Roman – Metalúrgico – São Paulo – São
Paulo

Luiza Augusta Garlippe – Enfermeira – São
Paulo – São Paulo

Nelson Lima Piauhy Dourado – Petroleiro – São
Francisco do Conde – Bahia

1975

Armando Teixeira Frutuoso – Operário – Rio
de Janeiro

Itair José Veloso – Operário da construção civil
Rio de Janeiro

Nestor Vera – Trabalhador rural – Brasília – DF

1976

Ângelo Arroyo – metalúrgico – São Paulo – São
Paulo

Manoel Fiel Filho – Metalúrgico – São Paulo –
São Paulo

1979

Santos Dias da Silva – Metalúrgico – São Paulo
São Paulo

Anexo II

Relação com os nomes dos 88 sindicalistas mortos e desaparecidos excluídos da justiça de transição. Desses nomes, somente o ferroviário Nilton, de Recife, Pernambuco, não é trabalhador rural.

1964

Albertino José de Oliveira – Vitória de Santo Antão – Pernambuco

Antonio Teixeira – Nova Cruz – Rio Grande do Norte

Antonio Teixeira – Mossoró – Rio Grande do Norte

Antonio Galdino – Mari – Paraíba

José da Cruz – Ceará Mirim – Rio Grande do Norte

Manoel Pereira – Ceará Mirim – Rio Grande do Norte

Manoel Xavier da Silva – Nísia Floresta – Rio Grande do Norte

Nilton – Ferroviário – Recife – Pernambuco

Pedro Inácio da Silva – São José de Mipibu – Rio Grande do Norte

1966

Mário Batista da Silva – Maraial – Pernambuco

1967

Domingos Inácio da Silva – Nazaré da Mata - Pernambuco

1970

José Benedito da Silva – Palmares - Pernambuco

1972

Joaquim Inácio da Silva – Machados – Pernambuco

1975

João Palmeira Sobrinho – Imperatriz – Maranhão

1976

Lucas Francisco da Silva – Brejão – Pernambuco

Luizão – Monte Alegre de Sergipe – Sergipe

1977

Júlio Santana – Sirinhaém – Pernambuco

1979

Durval Ventura de Souza – Frutal – Minas Gerais

Francisco Rosa da Silva – Paulo Jacinto – Alagoas

Raimundo Felix da Silva – Serra Talhada – Pernambuco

1980

João Antero da Silva – Tuntum – Maranhão

João Mendes de Souza – Colinas de Goiás – Goiás

José Francisco dos Santos – Correntes – Pernambuco

Raimundo Ferreira Lima (Gringo) – Conceição do Araguaia – Pará

Wilson de Souza Pinheiro – Brasília – Acre

1981

Francisco Jacinto Oliveira – Conceição do Araguaia – Pará

José Bezerra da Silva – Bonito – Pernambuco

José Pedro dos Santos – Capela – Alagoas

Marcelo dos Santos – Codó – Maranhão

Sebastião de Souza Oliveira – Viseu – Pará

1982

Avelino Ribeiro da Silva – Santarém – Pará

Elias Zi Costa Lima – Santa Luzia – Maranhão

1983

Jesus Matias de Araújo – Brasília – Acre

José Milan – Paragominas – Pará
Josias Paulino de Almeida – Ibimirim – Pernambuco
Margarida Maria Alves – Alagoa Grande – Paraíba

1984

Anastácio Abreu de Lima – Rio Tinto – Paraíba
Benedito Alves Bandeira – Tomé-Açu – Pará
Cantídio Diniz – Joselândia – Maranhão
Deocláudio Pereira da Silva – Passira – Pernambuco
Eloy Ferreira da Silva – São Francisco – Minas Gerais
Hugo Ferreira de Sousa – Arapoema – Goiás
João – Porto Nacional – Goiás
Joel José da Silva – Pilar – Alagoas
José Cícero de Lima – Viçosa – Alagoas
José Machado – Pio XII – Maranhão
José Noel Teixeira – Barreiros – Pernambuco
Manoel Alves de Araújo – Tauá – Ceará
Manoel Alves de Lima – Novo Lino – Alagoas
Raimundo Alves da Silva – Santa Luzia – Maranhão
Sebastião da Rosa Paz – Uruaçu – Goiás

1985

Antonio Ferreira Silva (ou Antonio Batista Silva) – Santa Luzia – Maranhão
Ariston Alves dos Santos – Paragominas – Pará
Evanduir Pereira da Silva – Aliança – Pernambuco
Francisco Carneiro de Souza Filho – Itarema – Ceará
Gonçalo Ferreira Campos Sousa (ou Souza Campos) – Lago da Pedra – Maranhão
João Canuto de Oliveira – Rio Maria – Pará
José – Santa Luzia – Maranhão
José Gomes da Silva – Capelinha – Minas Gerais
José Ribamar de Souza – Monção – Maranhão

Júlio Rodrigues de Miranda – Unai – Minas Gerais

Lázaro Pereira Sobrinho (ou Ferreira Sobrinho) Xinguara – Pará

Pedro Gonçalves da Silva – Maraial – Pernambuco

Policarpo de Souza – Xinguara – Pará

Salvador Alves dos Santos – Paragominas – Pará

Zacarias José dos Santos – Marcionílio Souza – Bahia

1986

Antonio Fontenelle (ou Fontenelle Araújo) – Lago do Junco – Maranhão

Manoel Messias de Souza – Ribeirão Cascalheira – Mato Grosso

Severino Moreira – Itabaiana – Paraíba

1987

Antonio José da Silva – Moreno – Pernambuco
Gedeão Lustosa Ribeiro – Igarapé Grande – Maranhão

José Severino da Silva – Camutanga – Pernambuco

Natanael Cosmo Francisco da Silva – São Benedito do Sul – Pernambuco

Raimundo de Jesus Silva – Bom Jardim – Maranhão

Virgílio Serrão Sacramento – Moju – Pará

1988

Francisco Domingos Ramos – Pancas – Espírito Santo

Genésio Alves de Oliveira – Pará

Ivair Higino de Almeida – Xapuri – Acre

José Dias Matos – Itaobim – Minas Gerais

Sebastião Lan – Cabo Frio – Rio de Janeiro

Pós 1964, sem data definida

Antonio Guedes – Paulista – Pernambuco

Joaquim Celso Leão – Goiana – Pernambuco

Manoel Camarão – Timbaúba – Pernambuco

Mário – Nazaré da Mata – Pernambuco

Marivaldo – Nazaré da Mata – Pernambuco

Miguel Farias – Surubim – Pernambuco

Severino Correia da Silva – Condado -
Pernambuco